

ENQUADRAMENTO GLOBAL

1.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) *PER*
CAPITA EM PARIDADES DE PODER COMPRA
(PPC)

1.2 INVESTIMENTO DO SECTOR PRIVADO

1.3 APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

1.4 DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

1.5 SALDO DAS CONTAS DAS
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1.6 TAXA DE PERSISTÊNCIA DA POBREZA

1.7 EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA



TRABALHO REALIZADO POR:

- Andreia Vieira, nº 34863
- Andreia Oliveira, nº 34139
- Juliana Conceição, nº 35531
- Leila Azevedo, nº 34152
- Liliana Oliveira, nº 34145
- Sandra Soares, nº 34151
- Sara Félix, nº 35533
- Sara Mendes, nº 35534

A produção determina quanto um país pode gastar em consumo, um dos factores mais importantes para a riqueza de uma comunidade, afectando também o nível de emprego. O PIB tem como objectivo medir tanto o rendimento quanto a despesa. Uma análise detalhada à evolução do PIB permite-nos retirar conclusões sobre o estado da economia. O PIB *per capita* foi o primeiro indicador a ser utilizado para poder medir a qualidade de um país e varia de país para país.

Nos últimos anos temos assistido a um aumento na cooperação entre os sectores público e privado para a criação de novos serviços. O investimento do sector privado é um indicador do esforço realizado no sentido de haver progresso económico, sendo assim possível analisar a evolução do montante dispendido, assim como, comparar com os valores registados em outros países.

A aprendizagem ao longo da vida é fundamental para a sociedade. Sem instrução, formação e aprendizagem jamais se obterá uma sociedade de conhecimento. Qualquer país pretende mostrar qualificação dos recursos humanos bem como uma forte produtividade, é claro que estes aspectos dependem de alguns factores, como é exemplo o capital disponível para o investimento em mão de obra qualificada.

A despesa feita em investigação e desenvolvimento pode assegurar a diferenciação face a competidores, a criação de novos processos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A despesa em Investigação e desenvolvimento é composta pela despesa em investigação e desenvolvimento das Empresas, do Ensino Superior, do Estado e das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Administração pública é um conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que asseguram a satisfação das necessidades colectivas variadas. Compete a estas unidades redistribuir os rendimentos e a riqueza nacional. Existe um acordo entre os países da União Europeia que se chama Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). O défice público é apresentado em função do PIB de forma a poder efectuar comparações entre países de diferentes dimensões e de forma a avaliar o excesso de despesa do Estado em relação ao total da riqueza produzida no país.

O reconhecimento dos grupos mais vulneráveis de acordo com a incidência da pobreza pode não ser concordante com a ordenação pelo nível de intensidade da pobreza. Em Portugal, a taxa pobreza é das mais elevadas, a nível europeu.

Os países da União Europeia subscreveram o Protocolo de Quioto que fixa metas ambientais. O indicador sobre as emissões de gases com efeito estufa enquadra-se neste conjunto de preocupações e reflecte os resultados da investigação científica mais recente relativa às alterações climáticas.

1.1 PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* EM PARIDADES COM O PODER DE COMPRA → Sandra Soares nº34151; Liliana Oliveira, nº34145

A definição de Produto Interno Bruto (PIB) está directamente ligada à medida da produção. O produto interno bruto representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado tempo.

A produção determina quanto um país pode gastar em consumo, um dos factores mais importantes para a riqueza de uma comunidade, afectando também o nível de emprego.

O PIB é um dos principais indicadores económicos e tem como objectivo medir:

- ✓ O rendimento total de todas as pessoas de uma economia;
- ✓ A despesa total de uma economia na produção de bens e serviços.

Portanto o PIB procura medir tanto o rendimento quanto a despesa, já que ambos os valores se referem à mesma coisa e, no plano da economia como um todo, o rendimento deve ser igual à despesa, medindo, assim, o nível de crescimento económico.

Para medir a actividade económica de uma região é preciso fazer cálculos, tal como:

$$PIB = C + I + G + X - M$$

C → é o consumo privado

I → é o total de investimentos realizados

G → representa gastos governamentais

X → é o volume de exportações

M → é o volume de importações

O PIB *per capita* é muito importante na economia. O PIB *per capita* foi o primeiro indicador a ser utilizado para poder medir a qualidade de um país.

Obtém-se um valor médio *per capita* quando se divide o valor do PIB pelo número de pessoas de uma região, cidade ou país.

$$PIB_{pc} = \frac{PIB}{N}$$

Dividindo o PIB pelo total da população obtém-se o PIB *per capita*, indicador que mede o grau de desenvolvimento económico de um país. Dado que os preços dos

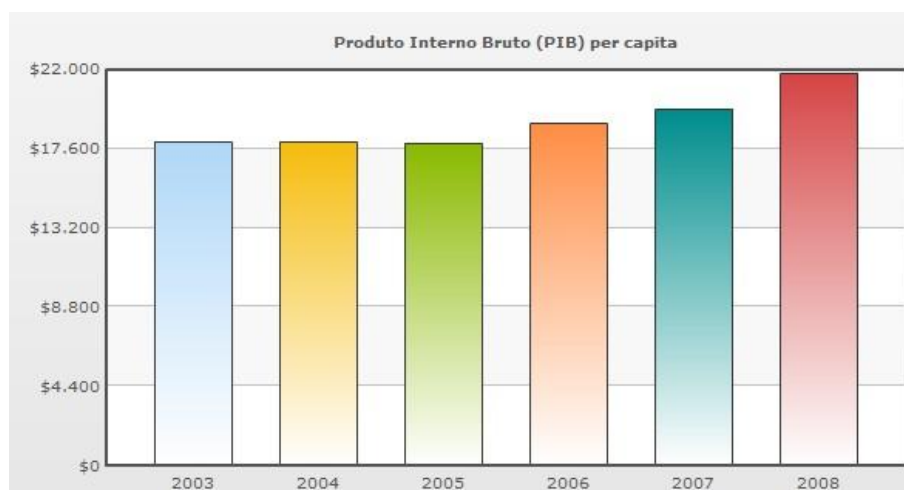
produtos e serviços pode variar fortemente entre países. O PIB *per capita* é por vezes ajustado às paridades do poder de compra entre países. O poder de compra é o valor de uma moeda, expresso em termos da quantidade de bens ou serviços que uma unidade dessa moeda pode pagar.

A Paridade do Poder de Compra (PPC) é um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois ou mais países. A paridade com o Poder de Compra é necessária porque a comparação dos produtos internos brutos (PIB) em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade material. A PPC, ao revés, leva em conta tanto as diferenças de rendimentos como também as diferenças no custo de vida.

O PIB *per capita* varia de país para país, pois cada país tem um nível de desenvolvimento diferente de outro.

Alguns países podem ter um PIB elevado por serem grandes e terem muitos habitantes, mas seu PIB *per capita* pode ser baixo, isso deve-se ao facto da renda total ser dividida por muitas pessoas. Um exemplo disso é a China.

Em Portugal, o PIB *per capita*, tem apresentado uma subida a partir do ano de 2005, tal como se pode ver no seguinte gráfico.

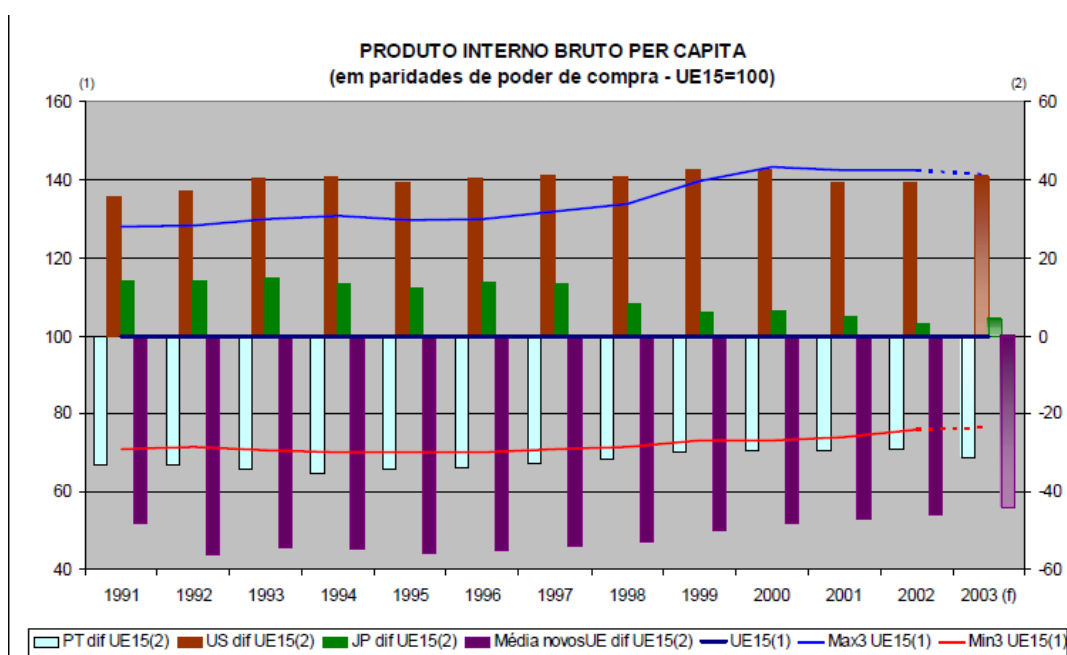


Através do gráfico verifica-se uma descida percentual de 0,56%, no ano de 2004 para 2005.

A partir de 2005, verifica-se uma subida gradual até chegar em 2008 com 22.000\$.

Em economia a PPC mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro.

O gráfico representa o Produto Interno Bruto *per capita* em paridades de poder de compra – EU15=100, entre o ano de 1991 até 2003. Neste gráfico verifica-se que o PIB *per capita* em Portugal se tem mantido ao longo dos anos abaixo da média da Europa dos 15 como refere no relatório: “Portugal sempre se apresentou como um dos países com menor PIB *per capita* em Paridades de Poder de Compra no conjunto da UE (15).”



Fonte: www.ine.pt (Eurostat)

Como se pode observar no Gráfico 2, obteve-se um valor médio *per capita*, dividindo-se o valor do Produto Interno Bruto (PIB) pelo número de habitantes da União Europeia.

Desta forma têm-se o indicador que se necessita para medir a qualidade de vida da União Europeia, uma vez que de outra forma seria impossível, já que a qualidade de vida da população/ habitantes varia de país para país.

PORTUGAL

Apesar de não se ter mantido perfeitamente estável, ou seja, de 1991 a 1994 o PIB *per capita* decresceu ligeiramente. A partir de 1994 nota-se um crescimento positivo do PIB até 2000, a partir daí o PIB *per capita* em Portugal decresceu novamente até, pelo menos, 2003. Apesar destas pequenas alterações do PIB *per capita*, este manteve-se sempre abaixo do mínimo apresentado pela UE. Ora, isso mostra que o

nosso crescimento económico se tem mantido ao longo dos anos, bastante inferior ao crescimento económico da UE (15).

JAPÃO

O PIB do Japão, apesar de estar acima da média da UE 15, tem decrescido ao longo dos anos, passando de 16 em 1991 para 5 em 2003.

EUA

Os EUA, como seria de esperar dessa grande potência mundial, apresentam um PIB bem mais elevado do que a média da UE (15). Ao longo dos anos os EUA apresentam um PIB bastante estável, passando de 35 em 1991 para 41 em 1994. A partir de 1996, o PIB tem se mantido acima dos 40, excepto nos anos 2001 e 2002, onde, segundo o gráfico, apresentaram um PIB de aproximadamente 39.

NOVOS PAÍSES DA UE

A média dos novos países da UE apresentam um PIB bem mais abaixo do nível mínimo apresentado pela UE e ainda mais abaixo da média da EU (15). Apresentam um PIB negativo ao longo dos anos, mas com certas oscilações, porém não suficientes para chegar ao nível mínimo apresentado pela UE (15). De 1991 a 1992, o PIB decresceu ainda mais, passando de -49 para -57, aproximadamente. De 1993 a 1997, manteve-se mais ou menos estável entre -55 e -58. A partir de 1998, nota-se uma subida significativa do PIB, estando este aproximadamente em -53 no ano de 1998, passando para -45 em 2003. Ora essa subida aproxima o PIB destes novos países na União Europeia ao mínimo apresentado pela UE (15).

O PIB “não é contudo um indicador completo, no sentido em que não evidencia fenómenos de desigualdade social ou aspectos relacionados com o ambiente”, pois os movimentos do PIB por si só não podem ser considerados como bons indicadores das alterações no bem-estar total, a menos que todos os outros factores que o influenciam se mantenham constantes, o que é bastante difícil, porque existem outros factores que contribuem para a qualidade de vida de uma população.

Uma análise detalhada à evolução do PIB permite-nos retirar conclusões sobre o estado da economia: por exemplo, se esta se encontra em contracção ou expansão, se se encontra iminente uma ameaça de recessão ou de inflação.

FONTES:

[http://www.indexmundi.com/pt/portugal/produto_interno_bruto_\(pib\)_per_capita.html](http://www.indexmundi.com/pt/portugal/produto_interno_bruto_(pib)_per_capita.html)

Livros de economia do 10º e 11º ano – Porto Editora

Relatório: A Estratégia de Lisboa

1.2 INVESTIMENTO DO SECTOR PRIVADO → Andreia Oliveira nº34139

Em economia, o sector privado procura o lucro na sua actividade. Deste sector espera-se que diversifique a produção e os serviços e que promova a inovação. O seu objectivo também é a criação de emprego.

O crescimento económico depende do desenvolvimento e valorização de infra-estruturas, especialmente em serviços públicos (tais como: energia, água, e telecomunicações) e de sistemas transporte.

Providenciar capital adicional, fornecer capacidades alternativas de gestão e implementação, acrescentar valor ao consumidor e ao público em geral e melhorar a identificação das necessidades e optimização dos recursos, são as quatro principais regras para o sector privado.

Os últimos anos têm sido marcados por uma aumento da colaboração entre sector público e sector privado para o desenvolvimento e operação de infra-estruturas para um leque alargado de actividades económicas. Assim os acordos das Parcerias Público-Privadas são guiados por limitações dos fundos públicos para cobrir os investimentos necessários, mas também dos esforços para aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos.

Enquanto a percepção que o sector público é responsável pelo fornecimento dos serviços básicos se mantém ainda profundamente interiorizada no seio de muitas sociedades, os métodos segundo os quais estes serviços são criados, procurados e distribuídos estão a mudar. Isto reflecte a maior necessidade e desejo do sector público trabalhar e aproveitar os benefícios que o sector privado incorpora.

Banco Europeu de Investimento

Instituído pelo Tratado de Roma e criado em 1958, o Banco Europeu de Investimento (BEI) é o banco dos empréstimos a longo prazo da União Europeia. Contribui para a integração europeia e para o desenvolvimento económico das regiões desfavorecidas. Em 1994, nasce o Fundo Europeu de Investimento (FEI), destinado a apoiar o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) em rápido crescimento e/ou activas no sector das novas tecnologias. O BEI é o accionista maioritário e o operador do FEI. Em 2000, foi instituído o grupo BEI, composto pelo BEI e pelo FEI. Integrados no grupo, o BEI concede empréstimos bancários a médio e a longo prazos e o FEI está especializado nas operações de capital de risco e na prestação de garantias a favor das PME.

Os artigos 266º e 267º do Tratado que institui a Comunidade Europeia constituem a base jurídica da instituição financeira. Dotado de personalidade jurídica, o Banco tem por missão contribuir para a integração, para o desenvolvimento equilibrado do mercado comum e para a coesão económica e social, recorrendo aos mercados de

capitais e utilizando os seus próprios recursos. O seu objectivo não é obter lucros, mas facilitar, pela sua intervenção, a realização de investimentos públicos e/ou privados e congregar outros investimentos em redor dos projectos que apoia. Embora possam ser de natureza muito diversa, estes projectos devem observar um dos objectivos seguintes:

- Desenvolvimento das regiões desfavorecidas da União Europeia.
- Modernização das empresas e criação de novas actividades que não possam ser totalmente cobertas por meios financeiros nacionais.
- Ajuda a investimentos em infra-estruturas de interesse comunitário que, pela sua dimensão ou natureza, não possam ser financiados por um único Estado-Membro.

1.3 APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA → Juliana Conceição nº35531

Aprendizagem ao longo da vida é fundamental para a sociedade. Sem instrução, formação e aprendizagem jamais se obterá uma sociedade de conhecimento.

Qualquer país pretende mostrar qualificação dos recursos humanos bem como uma forte produtividade, é claro que estes aspectos dependem de alguns factores, como é exemplo o capital disponível para o investimento em mão de obra qualificada.

“Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida”

A 15 de Novembro de 2006, foi adoptada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, uma decisão que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida, designado então de “Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida”.

O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida tem como principal objectivo contribuir para o desenvolvimento da União Europeia enquanto sociedade baseada no conhecimento, caracterizada por um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos assim como com uma maior coesão social, actuando em paralelo para uma adequada protecção do ambiente, considerando as gerações futuras.

O Programa destina-se a promover essencialmente os intercâmbios e a cooperação, assim como a mobilidade entre sistemas de ensino e formação, a nível europeu, no sentido de estes se estabelecerem enquanto referência mundial de qualidade.

O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida tem diversos, sendo entre eles os objectivos específicos:

- Contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e promover elevados níveis de desempenho;
- Apoiar a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida;
- Contribuir para melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida existentes nos Estados-Membros;

- Reforçar o contributo da aprendizagem ao longo da vida para a coesão social, a cidadania activa, o diálogo intercultural, a igualdade entre homens e mulheres e a realização pessoal;
- Contribuir para a promoção da criatividade, da competitividade e da empregabilidade, bem como para o desenvolvimento do espírito empreendedor;
- Contribuir para aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida de pessoas de todas as idades, incluindo as pessoas com necessidades especiais e grupos desfavorecidos;
- Promover a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística;
- Apoiar o desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseado nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar o papel da aprendizagem ao longo da vida na criação de um sentido de cidadania europeia baseada na compreensão e no respeito dos direitos humanos;
- Promover a cooperação em matéria de garantia de qualidade em todos os sectores da educação e da formação na Europa;
- Incentivar a melhor utilização possível dos resultados e dos produtos e processos inovadores e assegurar o intercâmbio de boas práticas nos domínios abrangidos pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, no intuito de melhorar a qualidade nos sectores da educação e da formação.

Tendo em vista a consecução dos objectivos do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, serão implementados quatro sub-programas sectoriais sendo eles: – Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvi.

O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida será executado durante o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

1.4 DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO → Sara Félix nº 35533

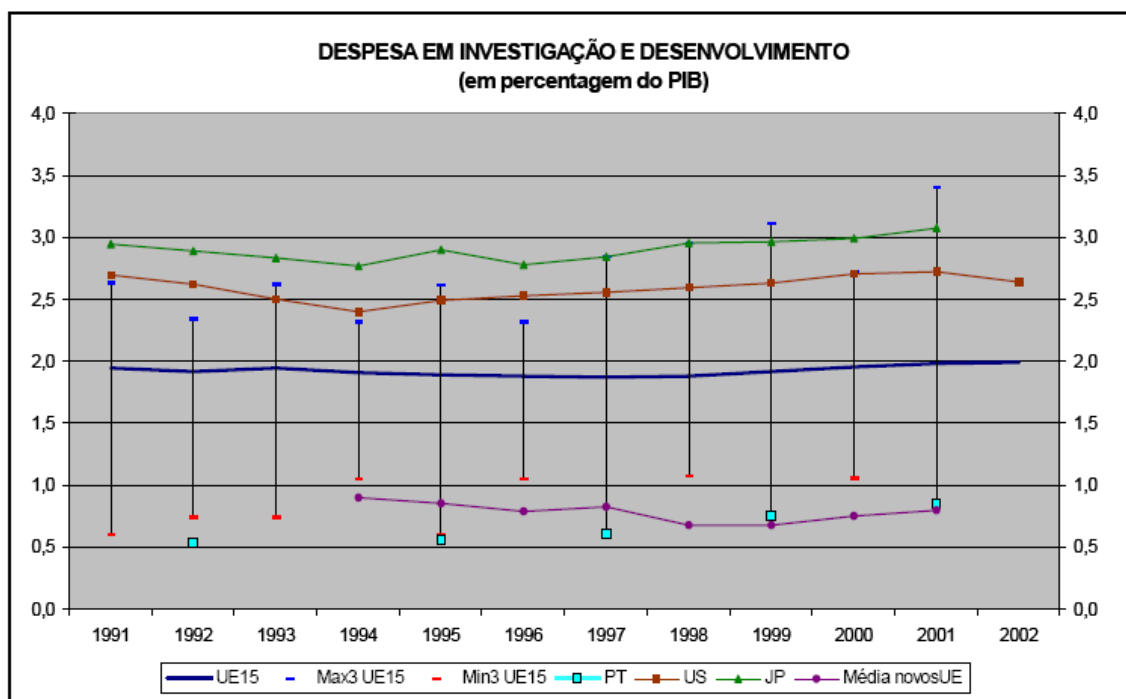
A despesa em Investigação e desenvolvimento é composta pela despesa em investigação e desenvolvimento das Empresas, do Ensino Superior, do Estado e das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Este indicador apresenta a Despesa Total em investigação e desenvolvimento em percentagem do PIB.

A intensidade da Investigação e desenvolvimento é calculada utilizando o Euro.

A despesa aplicada em investigação e desenvolvimento, sendo por entidades privadas, ou por públicas, pode assegurar a diferenciação face a competidores, a criação de novos processos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

A criação de novas oportunidades de negócio em áreas com uma forte componente tecnológica pode ser facilitada pelo reforço dos recursos que são canalizados para a investigação e desenvolvimento.



Fonte: Eurostat

Podemos ver através do gráfico o reduzido investimento de Portugal nestas áreas, os níveis de despesa em investigação e desenvolvimento são muito baixos, inferiores em qualquer dos anos a 1% do PIB. Contudo é de realçar a tendência de ligeira subida que se verifica e que tem permitido reduzir a diferença face ao valor médio da união europeia.

Os novos Estados-Membros da UE apresentaram níveis de Investimento nesta área superiores a Portugal até 1997, situação que inverteu em 1998. Contudo relativamente a todas os outros dados em estudo Portugal tem níveis muito inferiores. No caso do Japão essa despesa nunca é inferior a 2,5% do PIB ao longo de todo o

período em análise e atinge os 3% em 2001. No caso dos EUA a diferença face aos valores da UE situa-se sempre acima de 0,5 pontos percentuais.

1.5 SALDOS DAS CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS → Leila Azevedo nº34152

Administração pública é, em sentido objectivo, o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas colectivas públicas (tais como as autarquias locais) que asseguram a satisfação das necessidades colectivas variadas, tais como a segurança, a cultura, a saúde e o bem-estar das populações. As actividades estritamente administrativas devem ser exercidas pelo próprio Estado ou pelos seus agentes. Cabe a estas unidades redistribuir os rendimentos e a riqueza nacional. A administração pública engloba a Administração central, a Segurança Social e a Administração Local.

Pacto de Estabilidade e Crescimento

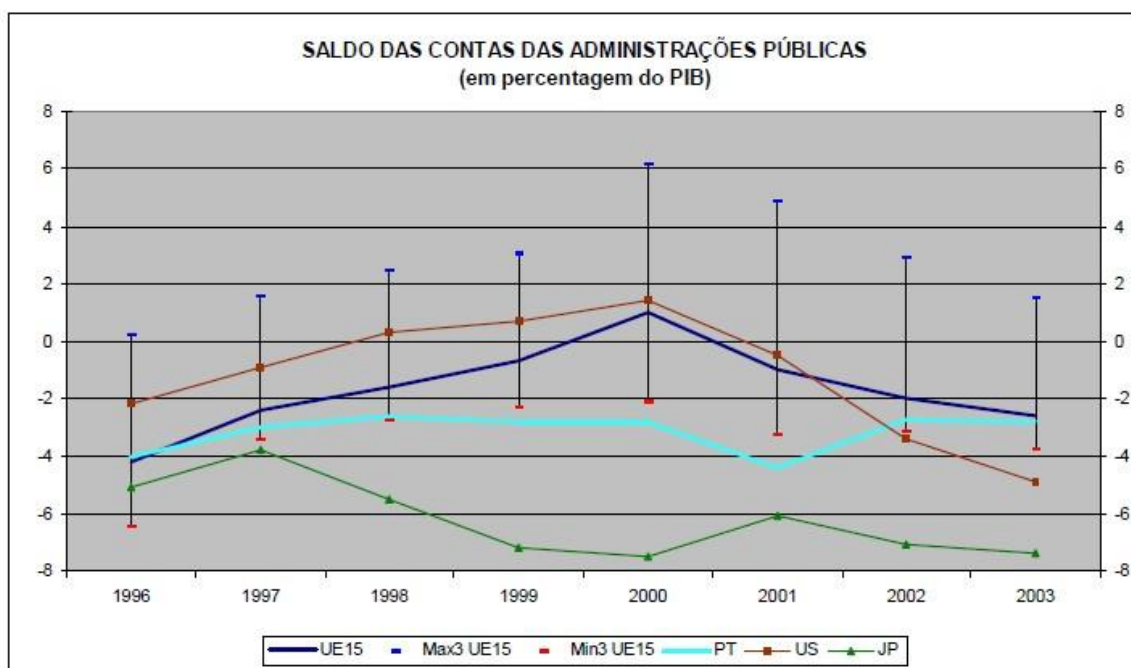
O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) é um acordo entre os países da União Europeia. Foi adoptado para evitar que políticas fiscais irresponsáveis tivessem efeitos nocivos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconómica dos países da União Europeia, em particular aqueles que adoptaram o Euro como sua moeda. De acordo com o PEC, todos os países da União Europeia devem apresentar regularmente programas de estabilidade ou programas de convergência (aqueles para os países que fazem parte da área do euro, estes para os que ainda não adoptaram o euro), devem respeitar os objectivos macroeconómicos contidos nesses programas e devem evitar défices públicos superiores a 3% do PIB, bem como valores da dívida pública superiores a 60% do PIB (valores do PIB a preços de mercado). Défices superiores àquele valor podem levar a sanções, incluindo pagamento de multas.

Conceito de Défice Público

O Défice Público ou Défice Orçamental corresponde ao saldo negativo das Contas Públicas, ou seja, à diferença entre as despesas do Estado e as suas receitas durante um determinado período de tempo (geralmente um ano).

Geralmente, o défice público é apresentado em função do PIB de forma a poder efectuar comparações entre países de diferentes dimensões e de forma a avaliar o excesso de despesa do Estado em relação ao total da riqueza produzida no país.

Gráfico 1.5



Fonte: Eurostat

No presente gráfico, Portugal é o país onde o saldo das contas das administrações públicas se mantém mais estável, com a exceção entre os anos de 2000 e 2001, onde se verifica uma descida e seguidamente um aumento até 2002. Portugal tem-se mantido ao longo dos anos abaixo do nível da União Europeia.

O Japão é o país que mais longe está do mínimo estabelecido pela UE, com a exceção dos anos entre 1996 e 1997.

Já os EUA têm-se mantido ao longo dos anos acima da média da UE, excepto a partir de 2001 onde teve um decréscimo ficando em 2003 com menos de -4.

A média da UE em 1996 era de -4 passando para 1 em 2000. A partir do ano de 2000 verifica-se um decréscimo que passou de 1 para -1.

FONTES:

Livros de economia do 10º e 11º ano da Porto Editora

Relatório: A Estratégica de Lisboa

http://pt.wikipedia.org/wiki/Administração_pública

1.6 TAXA DE PERSISTÊNCIA DA POBREZA → Sara Raquel Mendes nº 35534

UE :

De acordo com os objectivos do Conselho de Lisboa centrava-se na redução da Taxa de Desemprego, até 2010. No entanto, devido á elevada taxa de desemprego, a taxa de pobreza ainda é consideravelmente elevada.

Em 2001, a taxa de persistência da pobreza, a qual identifica a população que se encontra abaixo do rendimento disponível médio no ano em análise era de 9%.

Portugal :

Em Portugal observava-se uma situação idêntica à constatada em 1997, a taxa de persistência da pobreza abrangia 15% da população. Dos restantes países da UE (15), a Grécia (14%), a Irlanda (13%) e a Itália (13%) evidenciam também taxas elevadas.

Limiar da pobreza em 2006

UE

Para 1 pessoa só 8 368 euros anuais ou 697,3 euros mensais

Para 2 adultos e 2 menores de 14 anos 17 573 euros anuais ou 1464,4 euros mensais

Portugal

Para 1 pessoa só 4 386 euros anuais ou 365,5 euros mensais

Para 2 adultos e 2 menores de 14 anos 9 212 euros anuais ou 767,7 euros mensais

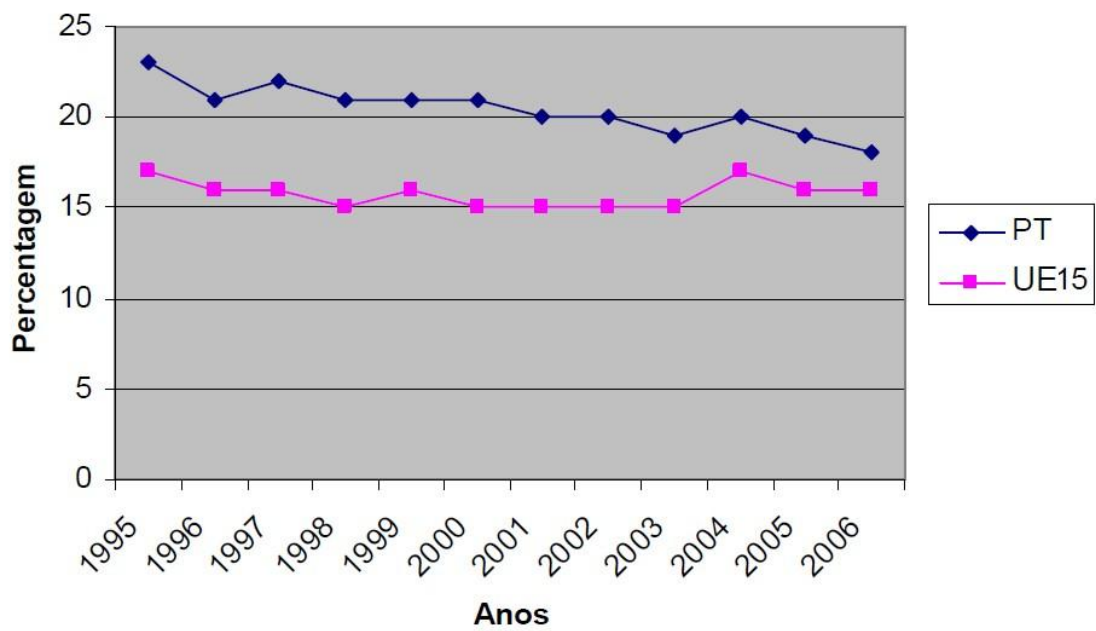
Fonte : Relatório_IE_2004

De quem estamos a falar quando falamos de pobreza?

Apesar das limitações subjacentes, os números referem se apenas ao conceito mais frequentemente usado no EUROSTAT.

É pobre quem estiver abaixo de um limiar de pobreza definido como sendo 60% do rendimento mediano.

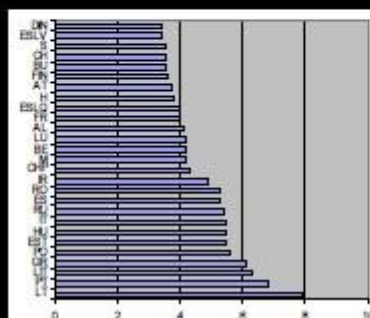
Evolução da taxa de Pobreza na UE 15 e em Portugal



Taxa de risco de pobreza (1998-2006)

	Antes das transf. UE25	Antes das transf. PT	Depois das transf. UE25	Depois das transf. PT
1998	24	27	15	21
2001	24	24	16	20
2006	26	25	16	18

Desigualdade de rendimentos (Rácio dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres), 2006



Taxas de pobreza das crianças e dos idosos em Portugal



	Menores de 16 anos	65 e + anos
1995	26	38
2001	27	30
2005	24	28
2006	21	26

Taxas de pobreza de famílias com crianças em Portugal

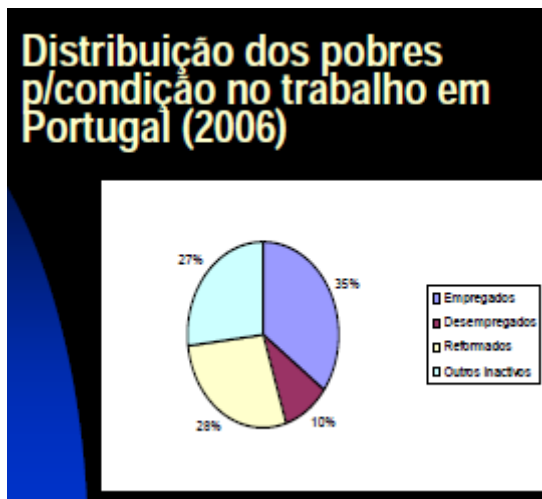


	1 adulto c/ filhos	2 adultos c/ 1 filho	2 adultos c/ 2 filhos	2 adultos c/ 3 ou + filhos
1995	34	13	16	45
2001	39	9	15	49
2005	34	17	25	30
2006	41	12	19	38

Taxas de pobreza p/condição no trabalho em Portugal (2006)



	Taxa
Empregados	11
Desempregados	31
Reformados	23
Outros inactivos	29



Conclusão dos Gráficos Apresentados:

Em PT, a taxa pobreza é das mais elevadas, a nível europeu. A tendência é para uma pequena baixa da taxa de pobreza, entre 1995 e 2006, mas a ritmo lento. A persistência da pobreza é um dos traços relevantes em PT. Os idosos e as crianças são os grupos etários com as taxas de pobreza mais elevadas. O impacto das transferências sociais s/ a pobreza é menos importante do que na média dos países europeus.

A incidência da pobreza nos trabalhadores com emprego é muito significativa, registando-se uma % importante de “working poors” entre os pobres.

Fonte : Dar voz aos pobres para erradicar a pobreza, 8/11/2008, sem autor

20% da população portuguesa em risco de pobreza

Em 2001 cerca de 20% da população portuguesa encontrava-se numa situação de risco de pobreza, isto é, dispunha de um rendimento por indivíduo inferior a 3589 € (cerca de 300 € por mês). Portugal apresenta uma taxa de risco de pobreza superior à média da UE 15, que se situa nos 15%. A medida aqui usada para determinar a fracção da população que enfrenta um risco de pobreza é a convencionada para os países da União Europeia (UE) e definida como a proporção da população que tem rendimentos inferiores a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário líquido equivalente, em cada país.

Persistência do risco de pobreza afecta 15% da população em Portugal

Cerca de 3/4 da população que se encontrava em risco de pobreza em 2001, já tinha estado nessa mesma situação em pelo menos 2 dos 3 anos anteriores. Dito de outra forma, 15% da população residente em Portugal em 2001 enfrentava uma situação de risco de pobreza persistente. Em contraste, este risco atinge 9% da população residente no conjunto da UE 15 - cerca de 3/5 da população em risco em 2001.

Portugal regista a maior assimetria na distribuição dos rendimentos da UE

Portugal observou em 2001 a mais acentuada desigualdade da distribuição do rendimento (37%), medida pelo coeficiente de Gini, quando comparado com os

parceiros comunitários. Portugal é seguido pela Espanha e Grécia (33% em ambos) e ainda pelo Reino Unido (31%). A maior equidade, traduzida por este indicador, observa-se na Dinamarca (22%), Áustria, Finlândia e Suécia (24%), estimando-se para a globalidade da UE15 um coeficiente de 28%.

Fonte :INE, Informação à comunicação Social , 14 de Outubro de 2004

Indicadores de Pobreza e Política Social

A quantificação do nível de pobreza tem sempre um carácter algo arbitrário dependendo do conceito de rendimento escolhido, da definição do limiar de pobreza seleccionando e dos próprios indicadores de pobreza escolhidos.

Apoio social às famílias e indicadores de pobreza

Medidas como, por exemplo, o alargamento da Acção Social escolar, não têm presentemente, qualquer incidência nos indicadores de pobreza.

Também neste caso a identificação da população mais carenciada pode ser induzida a erro, em particular os indicadores de pobreza infantil.

Os bens e serviços públicos, em particular aqueles que são canalizados através da política social, deveriam ser englobados no rendimento das famílias e tidos em conta na definição do limiar de pobreza

Necessidade de conjugar indicadores relativos à prevalência da pobreza com outros indicadores de pobreza, nomeadamente os da intensidade da pobreza

Incidência versus intensidade da Pobreza

A taxa de pobreza tem assumido uma preponderância quase absoluta na análise do fenómeno de pobreza.

A incidência não é a única dimensão da pobreza relevante.

Algumas medidas de política social como o RSI somente podem ser avaliadas tomando como referência a intensidade da pobreza

O que é o RSI? - O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma política de acção social, cujo enquadramento legal se rege pela Lei 13/2003 de 21 de Maio. Consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

O reconhecimento dos grupos mais vulneráveis de acordo com a incidência da pobreza pode não ser concordante com a ordenação pelo nível de intensidade da pobreza.

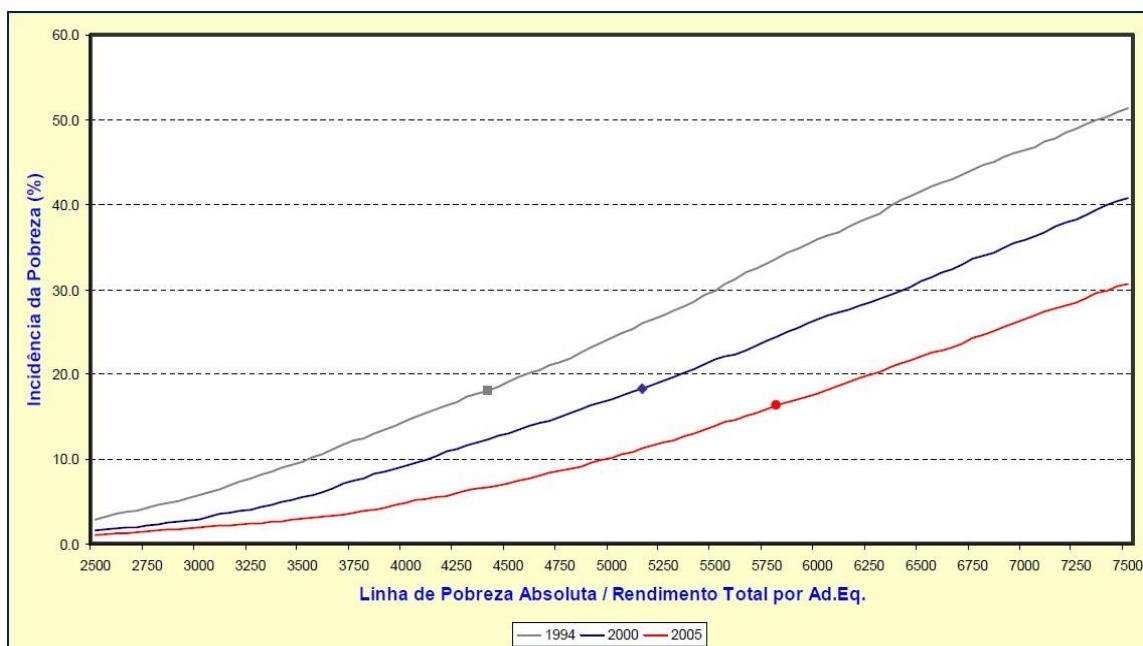
A identificação dos ‘grupos alvo’ da política social tem que ter em conta simultaneamente a incidência e intensidade da pobreza.

Indicadores de pobreza ‘ancorados’ num determinado momento do tempo

Os indicadores de pobreza estimados ano a ano dão-nos somente uma versão parcial do fenómeno da pobreza.

A ancoragem da taxa de pobreza num determinado ponto do tempo permite-nos uma leitura complementar do fenómeno da pobreza..

.. permite uma aproximação da abordagem das linhas de pobreza relativas à noção de linha de pobreza absoluta .



Fonte: Cálculos efectuados com base nos IOFs 1994/95 e 2000 e IDEF 2005/06.

Nota: Valores da Linha de Pobreza a preços de 2005.

Fonte: Audição Pública sobre Linha de Pobreza, 17/10/2008, CarlosFarinha Rodrigues

1.7 EMISSÃO DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA → Andreia Vieira nº34863

Análise do gráfico 1.6 Emissões de Gases de Efeito de Estufa, Variação face ao ano base (1990=100) – índice baseado nos equivalentes de CO₂:

- Comparando as emissões de gases de efeito de estufa emitidas pela U.E. e pelos E.U.A, nota-se uma grande diferença, verificando-se em primeiro lugar q a U.E. se mantém sempre abaixo dos valores registados em 1990, ao contrário dos E.U.A que além de se manter acima dos 100, tem vindo sempre a aumentar o valor das emissões, apresentando em 2000 e 2001 os seus valores mais altos, cerca de 15%, comparando com os cerca de - 1% em 2001.
- O Japão, apresenta também valores superiores aos de 1990, tendo até 1997 valores superiores aos dos E.U.A.
- Os novos membros da U.E. apresentam valores bastante satisfatórios e optimistas, pois são sempre inferiores aos de 1990 e demonstram a constante preocupação na redução das emissões dos gases de efeito estufa.
- Analisando o caso de Portugal e comparando com os restantes países, estamos perante uma situação bastante grave, pois os valores de Portugal são bastante superiores aos de 1990 em todos os anos seguintes, apresentando sempre uma ligeira subida. Em 2001 verificamos o valor mais alto, cerca de 36%, prevendo-se para 2010 uma pequena descida até aos 27%.
- De um modo geral, ainda há muito trabalho a fazer no que diz respeito á redução das emissões de gases de efeito de estufa, pelo que é preciso uma maior sensibilização e cooperação por parte de todos os países membros do Protocolo de Quioto, e uma maior pressão sobre os que não assinaram ou ratificaram o Protocolo e têm valores de emissões muito altos (Ex. E.U.A).

Definição de Gases de Efeito de Estufa:

- Gases integrantes da atmosfera, de origem natural ou antrópicos (produzidos pelo homem), que absorvem e reemitem radiação infravermelha para a superfície da Terra e para a atmosfera, causando o efeito de estufa. O vapor de água (H₂O), o dióxido de carbono (CO₂), o óxido nitroso (N₂O), o metano (CH₄) e o ozónio (O₃) são os principais GEE na atmosfera. Existem também na atmosfera GEE totalmente produzidos por actividades humanas, como os halocarbonetos e outras substâncias com cloro e bromo, objecto do Protocolo de Montreal. O protocolo de Quioto também aborda o hexafluoreto de enxofre (SF₆), além de duas famílias de gases: os

hidrofluorocarbonetos (HFC) e os perfluorocarbonetos (PFC). Entre os gases do efeito de estufa que estão a aumentar de concentração, o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso são os mais importantes. O CO₂ contribui mais para o aquecimento, uma vez que representa 55% do total de emissões mundiais de gases de efeito de estufa. O tempo da sua permanência na atmosfera é, no mínimo, de 100 anos, com impactos no clima ao longo de séculos. Já a quantidade de metano emitida é bem menor, mas o seu potencial de aquecimento é 21 vezes superior ao do CO₂. No caso do óxido nitroso e dos clorofluorocarbonetos, as suas concentrações são ainda menores, mas o seu poder de estufa é, respectivamente, de 310 e 6.200-7. 100 vezes maior do que o do CO₂.

Os Gases de Efeito de Estufa são:

- CO₂ (Dióxido de carbono)
- N₂O (Óxido nitroso)
- CH₄ (Metano)
- CFCs (Clorofluorocarbonetos)
- HFCs (hidrofluorocarbonetos)
- PFCs (Perfluorocarbonetos)
- SF₆ (Hexafluoreto de enxofre)

Protocolo de Quioto:

- Consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (Outubro de 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (Agosto de 1990), culminou com a Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança climática na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (Junho de 1992).
- Propõe a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito de estufa em, pelo menos, 5,2% para os países-membros (especialmente os desenvolvidos), em relação aos níveis de 1990, no período de 2008 e 2012.
- Discutido e negociado em Quioto, no Japão em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de Dezembro de 1997 e ratificado em 15 de Março de 1999. Entrou em vigor com a assinatura de 55% de países que juntos produzem 55% das emissões em 16 de Fevereiro de 2005, depois da ratificação na Rússia em Novembro de 2004.

- **Acções básicas do Protocolo para os países signatários:**

- Reforma dos sectores de energia e transportes;
- Promoção do uso de fontes de energia renováveis;

- Limitação das emissões de metano, dióxido de carbono, etc., através da gestão de resíduos e dos sistemas energéticos;
- Protecção das florestas e outros sumidouros de carbono;
- Eliminar mecanismos financeiros e de mercados que coloquem entraves aos objectivos do Protocolo.

➤ **Se o Protocolo for cumprido, estima-se que deva reduzir a temperatura entre 1,4°C e 5,8°C até 2100.**

Estados Unidos da América e o protocolo de Quioto:

Os E.U.A. assinaram o Protocolo em 1997, durante a administração de Bill Clinton, mas negaram-se a ratificá-lo.

De acordo com as alegações do ex-Presidente George W. Bush, os compromissos acarretados interferiam negativamente na economia norte-americana.

A Casa Branca também questiona a teoria de que os poluentes emitidos pelo Homem causem a elevação da temperatura da Terra.

Os E.U.A são o maior emissor mundial de dióxido de carbono.

O país dispersa quase 6 toneladas de CO₂ anualmente, 25% das emissões anuais.

FONTES:

Relatório: A Estratégia de Lisboa;

Relatório do Estado do Ambiente, 2003;

Portal das energias renováveis;

Síntese da legislação europeia;

Wikipédia.

O PIB *per capita* em Portugal se tem mantido ao longo dos anos abaixo da média da Europa dos 15. Dividindo o PIB pelo total da população obtém-se o PIB *per capita*, indicador que mede o grau de desenvolvimento económico de um país. Dado que os preços dos produtos e serviços pode variar fortemente entre países.

Chegou-se à conclusão que o crescimento da economia está ligado ao investimento do sector privado. Para um maior desenvolvimento tem-se apostado na inovação, nos serviços e na indústria. Para tal, há uma maior necessidade do sector público se juntar ao sector privado, pois o facto de trabalharem em conjunto traz muitos benefícios, nomeadamente no investimento de infra-estruturas.

A aprendizagem ao longo da vida promove várias oportunidades de modo a tornar o acesso á inovação equilibrada quer pelas classes sociais, bem como pelas classes etárias. Em Portugal, o programa “Novas Oportunidades” visa numa mais-valia para a nossa população, quer para o avanço tecnológico bem como para a formação escolar e melhor qualificação profissional. Em parceria com o projecto da aprendizagem ao longo da vida esperam-se resultados bastantes positivos. Muitos analistas arriscam a dizer que esta pode ser uma das possíveis ajudas para o difícil combate ao desemprego; quer no nosso país, como na União Europeia.

A criação de novas oportunidades de negócio em áreas com uma forte componente tecnológica pode ser facilitada pelo reforço dos recursos que são canalizados para a investigação e desenvolvimento.

A administração pública engloba a Administração central, a Segurança Social e a Administração Local. Portugal é o país onde o saldo das contas das administrações públicas se mantém mais estável, apesar de ser baixo.

A quantificação do nível de pobreza tem sempre um carácter algo arbitrário dependendo do conceito de rendimento escolhido, da definição do limiar de pobreza seleccionando e dos próprios indicadores de pobreza escolhidos.

Portugal tem apresentado crescimentos significativos nas emissões de gases com efeito estufa.